



As indústrias, sem benefícios do governo, fecham as suas portas

Projeto urbanístico falhou

O Setor de Indústrias do Núcleo Bandeirante inicialmente foi idealizado pelo então secretário-adjunto da Indústria, João Omar. Isso aconteceu em fevereiro de 1990 e o projeto foi batizado de Placa da Mercedes, devido a uma placa de carro que havia no local. Porém, o sonho dos empresários da satélite logo teve o primeiro choque com a inviabilização do projeto urbanístico do setor de indústria.

O Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do local foi feito e aprovado, mas o grande problema era a declividade do solo. “O autor do projeto urbanístico, com certeza nunca tinha ido ao local”, diz Otto Rivas, superintendente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente. Isso porque os lotes destinados às empresas ficavam uns 45 graus acima dos outros. A declividade do terreno é tão grande que passa de cem por cento e, enquanto uma empresa seria construída na parte plana do platô, outra poderia simplesmente ter seu lote num imenso paredão.

A partir da inviabilização do projeto urbanístico, a Administração Regional do Núcleo Bandeirante, se aliou ao empresariado local. O ex-administrador, Vivaldo Martins, já neste ano encabeçou a equipe de seu departamento de obras e elaborou um

novo projeto urbanístico. De 500, o setor de indústria passou a ter 350 lotes e subiu todo para o platô, eliminando o problema da declividade. Com isso, o projeto passou a ser denominado de Setor de Armazenagem Indústria e Abastecimento (Saia).

O projeto foi para a Secretaria de Obras que, antes de executar a obra, passou a tarefa de emissão de um parecer sobre o local para a Sematec. Esse parecer constatou que seria necessário apenas adequar o Rima, já que o projeto urbanístico passou a ocupar uma área um pouco acima. Além disso, a Sematec, pediu que a Secretaria de Obras, atendesse a algumas exigências.

Saneamento — O receio da Sematec é de que o córrego Vicente Pires, que receberá todo esgoto do Saia, fique mais poluído do que já está. Para evitar isso, a Secretaria do Meio Ambiente exigiu que a erosão que existe num trecho do terreno fosse corrigida e que a Secretaria de Obras se comprometesse a tratar da questão do saneamento básico. Ou seja, implantação de infra-estrutura aliada a um monitoramento da drenagem do local. O córrego, aliás, está sendo tratado e, em breve, deve ser construída uma estação de tratamento próxima ao Riacho Fundo para limpar e desentupir seu leito.